



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Fonseca de Sena

1ª Câmara Cível

Embargos de declaração nº 0282235-9 (0020119-87.2007.8.17.0001)

Embargante: Dix Empreendimentos Ltda

Embargado: TOK – Táxi Aéreo Ltda

Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

**EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRETENSÃO QUE SE AFASTA DO FIGURINO LEGAL ESTAMPADO NO ART. 535 DO CPC - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO A SEREM SANADAS - PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO - DESNECESSIDADE - EMBARGOS REJEITADOS À UNANIMIDADE DE VOTOS.**

Note-se que a decisão vergastada foi bastante clara quanto aos seus termos, fundamentando suficientemente todas as suas conclusões, não havendo motivo para a insurgência do Embargante, posto que o julgador não está obrigado a rebater um a um os argumentos lançados pela parte.

Não há necessidade, mesmo quando miram o prequestionamento, que os embargos sejam numerários ou esmiúcem norma por norma alegada pela parte como pertinente ao debate, até mesmo porque, não está o juiz ou tribunal obrigado a decidir a controvérsia segundo aquilo que a parte entende como correto, mas apenas lançar suas razões segundo sua convicção sobre a matéria de fato ou de direito que se assenta à pretensão. Isso decorre do disposto no art. 131 do CPC, expressão positivada do princípio do “livre convencimento motivado”.

O que pretendem os embargantes, ao interpor estes aclaratórios nada mais é do que rememorar a matéria de mérito da causa, o que se distancia do instituto dos embargos de declaração a que se refere o art. 535 e seguintes do Código de Processo Civil.

Recursos improvidos à unanimidade de votos.

**ACÓRDÃO** – Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 08 de outubro de 2013, à unanimidade de votos, conhecer e rejeitar os embargos de declaração, na forma do voto do relator.

Recife, 08 de outubro de 2013 (data da lavratura).

Des. Josué Antônio Fonseca de Sena  
Relator



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Josué Fonseca de Sena**

**1ª Câmara Cível**

**Embargos de declaração nº 0282235-9 (0020119-87.2007.8.17.0001)**

**Embargante: Dix Empreendimentos Ltda**

**Embargado: TOK – Táxi Aéreo Ltda**

**Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

**RELATÓRIO e VOTO**

Cuidam-se de Embargos de Declaração impetrados contra acórdão proferido por esta e. Câmara com o fito de sanar questões alegadamente omissas e contraditórias no acórdão que concedeu parcial provimento ao Apelo em apenso.

Em seu recurso o Embargante visa sanar questões alegadamente omissas na decisão objurgada, uma vez que esta não teria se pronunciado sobre a alegada deserção do recurso de apelo proposto, bem como seria contraditória ao afirmar que teria havido coisa julgada parcial em razão do anterior julgamento da ação nº 0018017-97.2004.8.17.0001.

Vieram-me em seguida os autos conclusos.

**É o relatório. Decido.**

Ambos os embargos não procedem.

As questões vertidas nos autos foram conveniente e devidamente respondidas e resolvidas, não havendo qualquer sentido na interposição dos presentes declaratórios.

É sabido, ademais, que os embargos de declaração são cabíveis, somente, nos casos em que houver na decisão, sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição ou quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal, não se prestando a rever matéria deduzida no decorrer da lide e nas razões recursais ou contra-razões, visto que servem, apenas, para os casos especificados no Diploma Adjetivo Brasileiro.

A definição traçada sobre as questões postas, não tem o condão de conferir à parte acesso aos embargos de declaração sob o fundamento de que o decisório foi omissivo ou contraditório, por não acolher a tese que os Embargantes defendem em seus recursos.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Josué Fonseca de Sena**

Impende ressaltar que esta Relatoria manifestou-se devida e oportunamente a respeito das custas recursais, tendo, inclusive exarado decisão às fls.1668/1670 determinando a complementação destas o que foi plenamente satisfeito pelo Recorrente às fls.1674.

Note-se, ademais, que a decisão vergastada foi bastante clara quanto aos seus termos, fundamentando suficientemente todas as suas conclusões, não havendo motivo para a insurgência do Embargante, posto que o julgador não está obrigado a rebater um a um os argumentos lançados pela parte.

Sobre o tema em debate colaciono os seguintes julgados:

**RECURSOS ESPECIAIS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES. PREVISÃO DE POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO EM BENS. OFERTA EFETUADA NA FORMA CONTRATUAL, MAS RECUSADA PELOS VENDEDORES. CARACTERIZAÇÃO DA MORA DOS CONTRATANTES. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS). RAZOABILIDADE.**

1.- Não se viabiliza o Especial pela indicada violação do artigo 535 do Código de Processo Civil. É que, embora rejeitados os Embargos de Declaração, verifica-se que a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem, que sobre ela emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente. A jurisprudência desta Casa é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte. [...]

3.- O reexame da verba honorária arbitrada, no tocante às diretrizes traçadas no artigo 20, § 3º, do Código de Processo Civil, é inviável no âmbito do recurso especial, a não ser nas hipóteses em que ela é fixada de modo manifestamente irrisória ou excessivo - o que aqui não ocorre. Recursos Especiais improvidos.

(REsp 1129757/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/02/2012, DJe 27/02/2012)

**ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. EX-COMBATENTE. PENSÃO ESPECIAL. TERMO INICIAL. DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. RECURSOS ESPECIAIS CONHECIDOS E IMPROVIDOS.**

1. Os embargos de declaração têm como objetivo sanear obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida. Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. 2. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o termo inicial da



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Josué Fonseca de Sena

pensão especial de ex-combatente é a data da apresentação do requerimento administrativo, se, à época da postulação, o requerente preenchia os requisitos legais. Precedentes. 3. Recursos especiais conhecidos e improvidos.

(REsp 608.308/SC, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 03/04/2007, DJ 07/05/2007, p. 350)

Não há necessidade, mesmo quando miram o prequestionamento, que os embargos sejam numerários ou esmiúcem norma por norma alegada pela parte como pertinente ao debate, até mesmo porque, não está o juiz ou tribunal obrigado a decidir a controvérsia segundo aquilo que a parte entende como correto, mas apenas lançar suas razões segundo sua convicção sobre a matéria de fato ou de direito que se assenta à pretensão. Isso decorre do disposto no art. 131 do CPC, expressão positivada do princípio do “livre convencimento motivado”.

O próprio Superior Tribunal de Justiça admite o prequestionamento implícito, sem que haja necessidade de debate numerário, com o indicativo dos dispositivos sobre o qual se assenta a convicção do órgão jurisdicional.

Nesse sentido, reproduzo trechos de acórdãos que passo a transcrever:

“A ausência de prequestionamento explícito (ou numerário) não prejudica o exame do recurso especial quando a Corte de origem houver emitido, ainda que implicitamente, juízo de valor acerca da matéria sub judice”. (REsp 946.015/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 24/04/2008, DJe 23/06/2008)

“Os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existentes no julgado, sendo certo que é desnecessário o prequestionamento explícito a fim de viabilizar o acesso a esta Corte Superior de Justiça, bastando que a matéria aduzida no recurso especial tenha sido objeto de manifestação pelo Tribunal a quo, sem que seja necessário o pronunciamento específico sobre os dispositivos legais correspondentes”. (AgRg no Ag 1266387/PE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 20/04/2010, DJe 10/05/2010)

Destarte, até mesmo nos embargos com objetivo de buscar as vias Especial e Extraordinária, devem ficar demonstradas as figuras elencadas no dispositivo legal referido (obscuridade, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material), sob pena de rejeição.

1730



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Josué Fonseca de Sena**

O que pretendem os embargantes, ao interpor estes aclaratórios nada mais é do que rememorar a matéria de mérito da causa, o que se distancia do instituto dos embargos de declaração a que se refere o art. 535 e seguintes do CPC.

Isto posto, conheço dos presentes embargos, mas negos-lhes provimento. É como voto.

Recife, 08 de outubro de 2013.

  
Des. Josué Antônio Fonseca de Sena  
Relator